

## PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE E INICIATIVA PRIVADA

PAULO SÁ

*O Estado-educador, o Estado-armador naval, o Estado-ferroviário, o Estado-construtor de automóveis, o Estado-usineiro metalúrgico, o Estado-industrial, o Estado-controlador de bancos, o Estado-segurador de empregados, o Estado-vendedor de secos e molhados, o Estado sob qualquer dessas feições pode aumentar as cifras da produção, que se prestam para iludir os simples com relatórios otimistas, mas não aumenta a produtividade, que é o verdadeiro índice de prosperidade; além disso, reduz a primeira e essencial riqueza do cidadão: a liberdade.*

MUITOS conhecem, decerto, o espetáculo que se vem mostrando nas emissoras de televisão. Escolhido um espectador, ou uma espectadora, é fechado em um compartimento onde fica visível ao público, mas do qual nada vê e nada ouve do que se passa no palco. Dêsse, então, o animador do programa mostra ao auditório uma alta fidelidade, ou máquina de lavar roupa, ou dedal, ou lápis de côr: e, sem que a pessoa da cabine saiba o que lhe está sendo oferecido, pede-lhe que diga "sim" ou "não", se aceita ou recusa o que lhe ofertam. E êle escolhe sem saber o que está escolhendo.

Fato exatamente análogo se está passando no cenário mais vasto — mas às vêzes menos sério — da vida pública

brasileira. Porque o que está acontecendo neste momento é que o Brasil está escolhendo sem saber sequer o que escolhe.

Não escolhe a liberdade, como se andou fazendo por aí; e fazem ainda tantos que atravessam a cortina-de-ferro porque vêm nela -- e sê-lo-á sempre? — uma cortina de libertação e de esperança.

Escolhe — sem saber que escolhe — a escravidão, a dependência, a sujeição, os grilhões, a falsa tranqüilidade das senzalas, da irresponsabilidade e da inconsciência, entregando-se pouco a pouco à tutela gelada e anônima de um Estado onipotente e onipresente. Escolhe — e não apenas ignora o que escolhe, mas ignora mesmo que está escolhendo. E quando acordar — queira Deus que acorde um dia — há de se ver amarrado, acorrentado, agrilhoado ao despotismo tirânico de um Estado a quem entregou — por um prato quase vazio de lentilhas — sua fragílissima mas inviolável liberdade de ser racional, sua dignidade imarcescível de pessoa humana.

Por tôda parte, estende hoje o Estado os tentáculos de sua multiforme ação, por tôda parte insinua a sua ingênua pretensão à onisciência e à infalibilidade. E sem o sentir, sem o saber, sem o desejar, sem que de longe o suspeite, cada um de nós vai aos poucos cedendo ao polvo burocrático tôdas as prerrogativas que tinha e que o tornavam um cidadão consciente, um membro ativo — e só por isso útil — da sociedade em que vive.

Veremos, mais para diante, os sintomas iniludíveis dessa progressiva alienação; mais para diante havemos de mostrar os prognósticos sombrios que dêsse diagnóstico resultam. Por enquanto, queremos apenas mostrar como essa invasão totalitária influi sôbre a produção e a produtividade na economia brasileira.

De início, convém esclarecer o que entendemos — o que achamos se deve entender — por essas duas expressões. É convém assim firmar que com elas significamos coisas muito diversas. Compreendemos por produção o total dos bens produzidos; por produtividade designamos o custo — medido em cruzeiros, ou em homens-hora, ou em quilowatts-hora, ou no que fôr — pelo qual cada unidade é produzida.

Uma fábrica terá assim como produção tantos milhões de metros de tecido, ou tantos milheiros de telha, ou tantos sacos de cimento. A sua produtividade será, porém, tantos metros, ou tantas telhas ou tantos sacos por mil cruzeiros despendidos, ou por mil trabalhadores-hora, ou — se fôr o caso — por quilowatt gasto. Assim, pode crescer a produção e diminuir a produtividade, como essa pode aumentar quando aquela decresce.

Uma indústria de boa produtividade será então — para parodiar uma regra conhecida — aquela que produz por mil cruzeiros o que outras produzem por dois mil (e o governo produz tranqüilamente por dez mil . . .)

Como a produção é uma coisa muito mais visível, muito mais aparente, muito mais espetacular — para usar uma gíria bem expressiva — do que a produtividade, os nossos mal orientados produtores como os nossos inefáveis estadistas só com a produção se preocupam. É muito mais sutil do que o velho — e balofo — *slogan* do “rouba mas faz”, vão insinuando, no espírito público, aquêle não menos pernicioso do “faz caro mas faz”.

Ora, não vemos, *do ponto-de-vista puramente técnico*, porque entre um administrador que realize por 1 milhão de contos uma obra que podia ser feita por 500 mil e outro que a execute por 600 mil (embora dêsse embolse 100 mil), se há de preferir o primeiro: os pecados de omissão (e a incompetência é a omissão do que administra) levam tanto ao inferno como os pecados de ação.

Fazer barato é exatamente a mesma coisa que executar com alta produtividade. É justamente o que vemos pouco no Brasil. Ninguém se preocupa com a produtividade dos empreendimentos e das empresas. Financiam-se indústrias com índices baixíssimos de produtividade; realizam-se operações em que êsses índices são microscópicamente pequenos: e ninguém se dá conta disso, e a vida continua tranqüila e bajulada, para os administradores incompetentes, mas felizes.

Se “tudo passa para a vida” — como lá dizia o grande VIEIRA — “nada, porém, passa para a conta”. E na hora das contas definitivas é que se há de ver como irá custar

às gerações futuras o que já vem custando tanto “sangue, suor e lágrimas” às gerações presentes.

Valerá a pena, talvez, referir um outro lado que ilustre e demonstre o que se afirma.

Na sua *Planificação da economia brasileira*, ROBERTO SIMONSEN calculou a riqueza *per capita* (índice proporcionado à produtividade encarada do ponto-de-vista dos seus efeitos) em diferentes países. E achou, em números comparativos, para os Estados Unidos, 100; para a Alemanha, 50; para o Japão, 17; para a Índia, 5,5. E para o Brasil apenas, e tristemente, 4!

Um outro dado, êsse de trabalho recente do Professor ERNESTO LUIZ DE OLIVEIRA, um dos mais esclarecidos analistas das coisas brasileiras. Refere-se a um fator indiscutível de produtividade (êste agora no plano das causas, e não mais dos efeitos): a mecanização dos campos (essa mecanização que constituiria, ela só, u’a mais eficaz reforma agrária do que todos os projetos, diversamente coloridos, com que os nossos cristãos novos da economia vivem por aí a fazer demagogia, ou a preparar reputações jornalisticamente bem alimentadas). Nota OLIVEIRA JÚNIOR que dos 1.904.589 estabelecimentos agrários recenseados em 1940, 1.470.675, ou seja, cêrca de 8 em cada 10, não possuíam o mais mínimo equipamento mecânico — nem mesmo um extintor de formigueiro.

A produtividade não é, não deve ser, um fator estático. Quando é real, aumenta com o tempo os fatores, que dela dependem. Um dêsses é, com certeza, a renda *per capita* do país.

Ora, é exatamente examinando essa renda que a CEPAL, no seu excelente — e por isso mesmo pouco citado — estudo sôbre “el desarrollo economico del Brasil” (de 1956) observou que, “a julgar pelas tendências manifestadas, a hipótese mais provável de crescimento da renda por habitante no período que se estende até 1962 seria de apenas 1,5 % por ano. Essa taxa se compara muito desfavoravelmente (é a CEPAL que comenta) com a observada no período 1950-1954, que é de 3 %, “ou seja, o dôbro”, e mais desfavoravelmente ainda com a do último decênio”.

É certo que há outros dados mais animadores. Mas, como são apenas os sintomas bons que se citam comumente, não cremos exagerar expondo aqui o outro lado da questão.

Ainda podemos referir, do trabalho publicado na *Revista do Clube de Engenharia* pelo Engenheiro PAULO MARTINS COSTA, números que êle cita e dos quais se conclui que, para realizar o mesmo transporte ferroviário, se empregam no Brasil 2 ½ mais ferroviários que na França e 16 vezes mais do que nos Estados Unidos.

Pequena produtividade, sem dúvida!

Para confirmá-la — e justificá-la (perdão, e explicá-la, porque evidentemente nada de justo há nisso), servem outros dados do mesmo estudo. Segundo êles, a despesa do pessoal representa em relação à receita das ferrovias no Brasil: 57,5 % na Cia. Paulista (é, como era de esperar, o mínimo), 66,8 % na Sorocabana, 95,4 % na Viação Paraná-Santa Catarina, 134,4 % na Central do Brasil, e (os dedos quase se negam a escrevê-lo) 760 % na Estrada de Ferro Bragança!

Com uma tal orgia de despesas com o pessoal, não é de estranhar a crise que as nossas ferrovias atravessam, e que levam, cada vez mais, o tráfego a se desviar para outros tipos de transporte.

Com os dados de uma conferência realizada em 1956 na Escola Superior de Guerra, por um dos nossos melhores técnicos no assunto, Engenheiro OTÁVIO MARCONDES FERRAZ, calculamos um dado mais — que será o último nessa enfadonha *numerização* — para avaliar a nossa produtividade. E é o que se refere ao consumo de energia elétrica por habitante. Tomando como 100 o valor correspondente à Noruega, achamos 78,5 para o Canadá, 51,5 para a Suécia, 22,7 para o Reino Unido, 16,6 para a França, 5,9 para o Chile, 4,8 para a Argentina e 3,1 para o nosso pobre Brasil. É verdade — mas isto evidentemente não nos consola muito . . . — que já se observou que, energeticamente, a nossa terra está naquilo que se pode chamar a idade da lenha (é como quem diria, em outros termos: a idade da pedra lascada). O General CARLOS BERENHAU-

SER, em trabalho publicado na *Conjuntura Econômica*, estimava que, em 1952, cêrca de 80 % da energia brasileira provinha de combustíveis vegetais. (Por isso, com certeza, é que somos tão pouco enérgicos . . .).

Basta, porém, de números e de estatísticas. Que de uns e outros abusem os que não lhes entendem o sentido, nem lhes conhecem os limites. Porque vivemos trabalhando com êles é que não lhes temos nem a assustada alergia daqueles que acham tôda enumeração esotérica, nem aquêle respeito religioso e comovido dos que acreditam, na sua ingênua adoração de analfabetos da estatística, que tôda mentira expressa em números passa a ser verdade, e verdade de fé. Sem números mesmo ou à margem dêles podemos observar que há, nesse esbanjamento de mendigos perdulários, frestas por onde se perdem tôdas as produtividades.

São as estradas pavimentadas a concreto onde os carros bissextos se admiram de lhes terem reservado — como em pistas de corrida — um pavimento tão caro para um tráfego tão raro. São os açudes nos quais a água acumulada a duras penas nunca ou tão pouco se aproveitou para o fim a que se devia destinar, irrigando terras e fazendo prosperar as lavouras. São as barragens que com pouco tempo de serviços turísticos se destroem e se reconstroem, numa prodigalidade própria dos povos milionários. São os edifícios que nunca se terminam e viram, afinal de contas, esqueletos de favelas, porque para êles não se encontra outro destino menos fantástico. São, sobretudo, as obras que começam, das quais se inauguram, sucessivamente, a 1.<sup>a</sup>, a 2.<sup>a</sup>, a 3.<sup>a</sup> lajes, mas que nunca se terminam; para glória dos nossos estadistas que se celebrizam como compositores impenitentes de sinfonias inacabadas (apenas lhes falta o gênio musical de FRANZ SCHUBERT . . .).

Quem quer que tenha um pouco de experiência na nossa administração superior bem conhece como são altas as taxas de mortalidade infantil das nossas iniciativas públicas, onde o que importa muita vez é o lançamento, ao dobre das charrangas, das solitárias pedras fundamentais, uma vez que as obras, vítimas da mais improdutiva das descontinuidades

administrativas, morrem tristemente antes de nascerem de verdade.

Tantos exemplos de baixa produtividade nas obras e empresas governamentais, desde as ferrovias, em que o pessoal consome tôda a renda, o dôbro da renda, tantas vêzes mais a renda, até as companhias pseudo-mistas, cuja direção pode ser confiada aos amigos de copa e cozinha ou aos correligionários políticos que precisam de consôlo, o que vemos por tôda parte são os efeitos desastrosos de uma ingerência sempre maior do Estado em todos os setores da vida nacional.

É o Estado-educador, é o Estado-armador naval, é o Estado-ferroviário, é o Estado-construtor de automóveis, é o Estado-usineiro metalúrgico, é o Estado-industrial, é o Estado que controla os bancos, que segura (e não paga) os empregados de tôda espécie, que vende sêcos e molhados e que por tôda parte mostra a sua enciclopédica incompetência para fazer aquilo que não é, e não foi jamais, função própria sua.

Nas escolas, a pretexto de dar a educação gratuita (mas que nós pagamos, e tão caro, com os nossos impostos), conserva êle nas mãos o espírito plástico da mocidade; e omitindo o nome de Deus, ou inculcando o nome dos semideuses de francaria das nossas democracias totalitárias, pode fazer hoje, e fará com certeza amanhã, o que quiser da opinião pública que os moços vão formar. E isso a um preço com que (posso dizê-lo porque criei e dirigi uma escola de engenharia em que aritmêticamente o calculei) forma cada estudante pelo custo de formatura de 8 a 10 que cursassem escolas particulares. Estranha gratuidade, sem dúvida!

Nas ferrovias já vimos o que temos que pagar pelo modo como a ingerência política, partidariamente política, intervém contra a competência — a que rendo a mais consciente das homenagens — dos nossos engenheiros ferroviários.

Na indústria, invade o Estado, pouco a pouco, todos os domínios; e como tem o poder fiscal, o poder policial, o poder legal e legislativo consigo, elimina quando quer qualquer concorrência. E fixando a seu talante os preços de venda

dos seus produtos, pode exhibir saldos fantásticos que consagram a capacidade de seus administradores displicentes. Já lá dizia o velho GUYOT (ou foi THIERS) nos meados do século passado: "com o poder ditatorial na mão, qualquer idiota governa bem a França". O que se traduz, em nosso caso: "com o poder de fixar preços, de aumentar tarifas alfandegárias, de criar impostos, de emitir papel moeda, o último dos ignorantes pode apresentar os mais mirabolantes balanços na companhia estatal que dirija".

Não pára, porém, aí o apetite pantagruélico do Estado. E competindo com cartas marcadas com o José do armazém ou o Giuseppe do empório, vai vender arroz, ou feijão, nabos ou batatas, por preços que, provisoriamente, podem parecer mais baixos porque não somamos a êles — como o deveríamos — os impostos acrescidos e a desvalorização da moeda, provocada pelas emissões com que o Estado-vendeiro paga no atacado as suas mercadorias.

Sei, muito bem, que há certa intervenção — e os impostos diretos ou indiretos são uma delas — com que um Estado equilibrado e justo pode, e deve, regular o tráfego econômico. Sei — e já tenho proclamado com convicção e quase com violência — que ao Estado compete uma ação repressiva contra os abusos, venham de onde vierem. Isso, porém, nada tem que ver com o que estamos vendo aí, quando a inundação estatal afoga e leva de roldão tôda iniciativa privada, tôda liberdade econômica. Isso, porém, nada tem que ver com o panorama brasileiro das coisas. E só os repetidores (inocentes ou sabidíssimos), de coisas que lêem — mais ou menos lêem — em livros e jornais de outros países, onde a situação é tão tradicionalmente diversa, só êles é que podem querer vestir em nossa economia tropical os pesados casacões de pele importados de outras terras e de outras situações.

Porque o Estado deve — como dissemos — policiar o tráfego econômico, concluem êles — parvamente — que cabe ao Estado dirigir todos os veículos da economia nacional. Porque o Estado deve coibir os abusos, acham êles que da parte do Estado nada é abuso, e tudo é permitido.

O que queremos, o que proclamamos (enquanto a opressão estatal não nos sufocar a voz na garganta) é que o Estado existe para o homem; e para êste sobreviver é preciso, é indispensável ampará-lo e protegê-lo, por meio de órgãos intermediários, de órgãos tampões (*buffer*, como dizem os americanos) que impedem a autocracia estatal de esmagar, no seu rôlo compressor, tudo o que faz do homem um homem.

“Não se pode tirar dos particulares para transferi-los à comunidade” — isto é, ao Estado — “as atribuições que são capazes de exercer por sua própria iniciativa e com seus próprios meios. Seria assim cometer uma injustiça ao mesmo tempo que perturbar de maneira grandemente nociva a ordem social, o retirar aos grupos de ordem inferior” — e são entre outros as emprêsas privadas — “para confiá-los a uma coletividade mais vasta e de classe mais elevada as funções que podem executar”.

Qual é o campeão de iniciativa privada que faz tão explícita declaração? Apenas — e simplesmente — a grande voz de um dos maiores estadistas — no bom sentido da palavra — do século corrente: S. S. PIO XI, na “Quadragesimo Anno”. E acrescenta o Papa: “O objetivo natural de tôda intervenção em matéria social consiste em ajudar os membros do corpo social e não em destruí-los ou absorvê-los”. E mais: “Que os governos se persuadam: quando mais perfeitamente fôr realizada a ordem hierárquica dos diversos grupos segundo o princípio da função supletiva de tôda coletividade, maiores serão a autoridade e o poder social, mais feliz e mais próspero o estado dos negócios públicos”.

Citando afirmações tão claras e serenas do admirável Papa da “Quadragesimo Anno”, não pensam os nossos adversários de idéias que ignoramos duas coisas grandemente importantes.

Uma é que não queremos, de modo algum, confundir os domínios da Igreja com o terreno de caça da política: “dai a CÉSAR o que é de CÉSAR e a Deus o que é de Deus”. Mas, o que afirmamos — na mais absoluta das convicções conscientes — é que cada vez mais se considera de CÉSAR o

que é, e só pode ser, de Deus. E entre essas coisas que são domínio indisputável do Criador, está a liberdade humana que Ele criou e a que deu — “terrível poder da vontade humana!” — mesmo a possibilidade tremenda de se opor à sua vontade divina; e de escolher a danação, como a escolheu Lúcifer, o que foi precipitado dos céus.

Outra coisa que não esquecemos é que não temos qualquer delegação para expor o que os católicos pensam sobre o assunto. Que pensem diversamente: bom é que assim seja. “Os católicos” — dizia um malicioso sacerdote inglês contemporâneo — “concordam nos artigos de fé: e em mais coisa alguma”. Se não pretendemos por isso falar pelos católicos, que outros também não se arroguem esse espantoso direito; e que sintam, e que compreendam que esse é o terreno movediço das ciências econômicas porque só nêle é que pretendemos ficar.

Sabemos, por isso, que dos autores católicos, e mesmo de muitos trechos da “Quadragesimo Anno”, podem tirar-se opiniões que completam as que citamos: que jamais, porém, as destroem ou anulam.

Por isso é que dizemos o que dizemos com a mais absoluta tranqüilidade, com a mais serena convicção; e sem a mais mínima pretensão de estarmos sendo portavozes de setores de opinião, por mais respeitáveis que sejam.

Por isso é que, assumindo integral e pessoalmente, a responsabilidade do nosso pensamento e de nossa palavra, queremos denunciar a gravidade tremenda do momento e o perigo de um Estado que cresce a cada instante, que a cada momento se assenhoreia de nossos campos de ação; que cada hora destrói e absorve (para usar as expressões de PIO XII), os órgãos intermediários da iniciativa privada e da liberdade do homem.

Aqui cabe, talvez, uma pausa e uma reflexão.

O Estado? Dêle tanto se disse: mas, em suma, que é o Estado?

Se formos aos livros de texto, encontraremos múltiplas e variadas definições: “O Estado é, simplesmente, a sociedade política”; “o Estado é a forma política da sociedade” (como define STURZO); “o Estado é a chave da abóbada

social" (a expressão é de LASKI); "o Estado é o resultado da conjunção simultânea de três elementos: uma população, um território, um governo autônomo"; "o Estado é o aspecto jurídico da nação"; "o Estado é o guarda e o defensor do bem comum". Fácil seria alinhar outras tantas fórmulas com as quais se tem procurado definir, nos tratados próprios, o que seja essa coisa, bastante indefinida, que é o Estado.

Se, porém, queremos sair das páginas frias dos livros e da ingenuidade dos teóricos, e mergulharmos na vida de cada dia e na prática de todos os povos, ao Estado se poderão dar outras e mais realistas definições.

"L'Etat c'est moi"; dizia o rei de França que sabia, por experiência própria e pessoal e mais do que todos os tratadistas do mundo, o que o Estado é de fato.

O Estado — deveríamos poder afirmar — o Estado somos nós: eu, tu, êle, todos quantos delegamos à autoridade o direito limitado de mandar que recebemos do Senhor único de tôda a autoridade.

Nós todos, porém, que temos lidado com o Estado — eu próprio (e dou ao caso o aspecto de testemunho pessoal), eu próprio, que tenho sido muitas vêzes o Estado em diversos e diferentes setores da vida nacional, — nós todos sabemos que o Estado é alguma coisa de muito mais terra-a-terra, de muito mais tangível e determinado, de muito mais frágil e falível.

E quase sempre o Estado é apenas, e simplesmente, o oficial administrativo João da Silva, ou o técnico de contabilidade José de Sousa, que nos seus pareceres, tão anônimos como êles, decidem as graves questões estatais, e sobre cuja opinião se acumulam os "de acôrdo" hierarquicamente superpostos dos chefes superiores que representam — mas não são assim de fato — o Estado.

Ora, se à entidade mítica "o Estado defensor do bem comum" poderíamos, quem sabe, alienar em muitos casos a nossa liberdade e dar o direito de decidir coisas que, como dizia ainda PLO XI, "têm como seu ambiente natural a atividade privada responsável", não se pretenda que demos os

mesmos direitos e outorguemos o mesmo e perigosíssimo mandato ao escriturário Silva, ou ao contabilista Sousa!

Pouco se nos dá, aliás, que êsse contabilista ou aquêlê escriturário sejam no caso o Ministro X, ou o operador Y (uma vez que hoje as operações operam muito mais do que os Ministérios. . .). A uns e a outros estamos cansados de conhecer. De uns e de outros temos auscultado a ciência que só pode ser infusa (e confusa), já que nunca, jamais a aprenderam na escola difícil, e rude, da vida de cada dia.

O "bem público", para tantos dêles, são os bens particularíssimos e privadíssimos dos parentes dos seus parentes, dos desocupados de seus partidos, dos afilhados de seus afilhados, até a 7.<sup>a</sup> geração, se não fôr — como desgraçadamente é, em muitos casos —, os bens sonantes que justifiquem em comissões polpudas (e não descobriáveis em inquéritos) as suas mais patrióticas decisões. . . E a enorme competência que êles têm, bem sabemos que se dela tivessem tanto como um grão de mostarda, removeriam sem dificuldade as montanhas de papel e de processo em que se perdem e se enterram as mais urgentes das soluções necessárias.

Por isso é que contra êsse Estado, êsse pseudo-Estado, essa falsificação de Estado, defendemos tão tranqüilamente, tão intransigentemente os direitos da iniciativa livre e das atividades privadas.

É preciso, para fazê-lo hoje, uma certa e não pequena coragem. A liberdade, atualmente, não é mais uma palavra sagrada: é quase um nome feio. . . Confundem-na simplesmente com a licença; e dizem que é preciso limitá-la, restringi-la, podá-la, reduzi-la, diminuí-la, discipliná-la. Como se fôsse possível uma liberdade sem limites! Como se o único livre, absolutamente livre, não fôsse unicamente o Senhor e Criador de tôdas as liberdades.

A pestilência de uma atmosfera que não eliminou ainda os miasmas da ditadura, a diátese da subserviência que envenena ainda o sangue de tanta gente, não permitem que se distinga a liberdade verdadeira e absolutamente indispensável das falsas e caducas liberalidades ultrapassadas.

Outrora, como o observaria GUSTAVE THIBON (*Christianisme et liberté*) escolheríamos entre isso e aquilo: hoje temos que escolher a faculdade mesma de escolher. “O homem” — continua THIBON — “escolhe cada vez menos. Uma autoridade anônima e centralizadora escolhe por êle”. E acrescenta: “O Estado, que invade já as funções de médico, de educador, de diretor de consciência” (nos jornais subvencionados, nos rádios controlados, nas televisoras dirigidas) “faz-se também industrial, comerciante, segurador . . . O Estado onipotente suprime todos os riscos e tódas as possibilidades da liberdade”.

Contra essa invasão escravizadora é que é preciso lançar — enquanto é tempo ainda — o protesto da nossa indignação, o esforço pela nossa sobrevivência, os últimos arrancos do nosso instinto de conservação. Porque se não o fizermos — e com a urgência do desespero — dentro em pouco, teremos perdido até o desejo de ser livres.

Ora, é o grande espírito de BERDIAEFF quem o proclamava (*De l'esclavage et de la liberté de l'homme*): “a liberdade não é um direito. Considerá-la como tal seria uma concepção superficial. A liberdade é um dever, uma vocação” e acrescentava — para os que têm fé — “um apêlo de Deus”. “O homem” — dizia mais BERDIAEFF — “deve ser livre, não tem o direito de ser escravo, porque deve ser homem”.

E já que estamos levando o debate para tão alto, não custará citar uma voz de maior altura ainda para quantos se dizem cristãos: a de LEÃO XIII na encíclica “*Libertas*” de junho de 1888. “A Igreja” — dizia o Papa — “sempre defendeu a liberdade”, e reforçava a afirmação: e defendeu-a como dogma de fé. “E não se contentou com isso, tomou a proteção da liberdade contra os hereges e livrou da ruína êsse bem tão grande do homem porque ela é própria do ser racional”.

Que contra ela outros se levantem em nome da disciplina, que contra ela se atirem imprudentemente os prudentes, que lhe lancem ao rosto — acostumado a êsses e outros ultrajes — o labéu de revolucionária e de desrespeitadora da autoridade.

Nós bem lhês conhecemos o zêlo hipócrita; e sabemos que chamam de disciplina o que é sòmente subserviência, que se declaram prudentes quando não são mais do que pusilânimes, que apelidam de respeito à autoridade o que é apenas uma incoercível vocação para capacho dos poderosos.

Queremos a liberdade como a encontramos no documento que, muito mais do que na híbrida e confusa revolução francesa, tantas vêzes citada, fixou as diretrizes em que se encaminha todo o movimento democrático dos dois últimos séculos, a declaração da Independência americana, que, no seu limiar, afirma, com inexcedível eloquência: "Cremos serem por si mesmos evidentes as verdades segundo as quais todos os homens foram criados iguais e a todos concedeu o Criador certos direitos inalienáveis, tais como a vida, a liberdade e a procura da felicidade".

É essa a liberdade que queremos. Não a liberdade de escravizar, de espoliar, de roubar, de explorar o pequeno e o fraco, de mentir, de ludibriar, de, seja pelos meios políticos, seja pelos meios econômicos, sufocar no coração do homem essa fome de ser livre para cumprir os destinos eternos que Deus, soberanamente livre, nêle reproduziu como uma imagem de sua essencial liberdade.

A liberdade que queremos é a liberdade que permita, no aumento livre de produtividade, fazer crescer a riqueza geral do nosso povo, faminto, carcomido de doenças, abandonado e sofredor, e não apenas os proventos de meia dúzia de favorecidos da fortuna.

A liberdade, nós a queremos para aumentar, com a produtividade, o quinhão de felicidade a que nossa esquecida gente tem direito e que a politicagem lhe nega, com a bôca cheia de promessas e a mão vazia de realidades.